

**ALGUNS FATORES EXTRALINGÜÍSTICOS
RELATIVOS À FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS**

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

Sob a perspectiva da Linguística Histórico-Diacrônica e considerando a afirmação coseriana de que todas as línguas “estão continuamente sendo produzidas, sendo feitas” (Coseriu, 1983), este artigo objetiva demonstrar que as línguas românicas são produtos históricos de um pós-queda do Império Romano. Esse período, que vai do século V ao século IX, é marcado por importantes fatos que se desenvolveram, principalmente, na península Ibérica, onde surgiram as primeiras línguas românicas. Fatos como a fragmentação político-geográfica, com a formação de reinos germânicos dos bárbaros invasores, a dialeção do latim vulgar e o aparecimento dos diversos romances, a dominação muçulmana dos árabes, a reconquista cristã e a formação das línguas vulgares, são alguns dos fatores extralingüísticos, que justificam a tese de como se deu a construção história das línguas românicas, que emergiram na península Ibérica no início do século IX.

Palavras-chave:

Construção histórica. Fatores extralingüísticos. Línguas românicas.

RESUMEN

Desde la perspectiva de la Lingüística Histórico-Diacrónica y considerando la afirmación coseriana de que todas las lenguas “se producen y se hacen continuamente” (Coseriu, 1983), este artículo pretende demostrar que las lenguas romances son productos históricos de la poscaída del Imperio Romano. Este período, que abarca del siglo V al IX, está marcado por importantes acontecimientos que se desarrollaron principalmente en la península Ibérica, donde surgieron las primeras lenguas romances. Acontecimientos como la fragmentación política y geográfica, con la formación de reinos germánicos por la invasión de los bárbaros, la dialectalización del latín vulgar y el surgimiento de diversas lenguas romances, la dominación árabe de los musulmanes, la reconquista cristiana y la formación de las lenguas vulgares son algunos de los factores extralingüísticos que justifican la tesis de cómo se produjo la construcción histórica de las lenguas romances, que surgieron en la península Ibérica a principios del siglo IX.

Palabras clave:

Construcción histórica. Factores extralingüísticos. Lenguas romances.

1. Introdução

Neste trabalho, vamos apresentar algumas considerações sobre fatores extralingüísticos, relativos à transformação do latim vulgar, que

resultou na formação de inúmeros romances – línguas vulgares ou línguas românicas –, que evoluíram e se tornaram línguas neolatinas como o é a língua portuguesa. Para isso, vamos apresentar certos fatos importantes, relacionados à emergência dessas línguas românicas mais especificamente.

Logo, o presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre a situação sociolinguística da península Ibérica, onde se pode demarcar como sendo o local em que novas línguas emergiram da dialetação do latim vulgar. O referido processo de transformação linguística, que se deu após a queda do Império Romano no século V e a conseqüente fragmentação sociopolítico-geográfica, criou o que se pode considerar um caos linguístico, no primeiro século de domínio dos bárbaros germânicos vencedores, que adotaram o latim como língua de comunicação de seus reinos, e, após a invasão dos árabes muçulmanos, um número considerável de línguas românicas.

Para se refletir sobre esses fatores de evolução do latim vulgar, convém ressaltar, primeiramente, que toda língua está diretamente relacionada a uma dada comunidade linguística, onde naturalmente se podem formar várias modalidades de seu uso.

Assim, em toda comunidade linguística, ocorrem modalidades de uso da língua, que independe do usuário em si, embora tais variedades se efetivem nos/pelos usuários. Portanto, os vários usos de uma dada língua estão relacionados a fatores regionais e/ou sociais, como já observei em trabalho anterior:

Os fatores regionais e sociais podem produzir usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são chamados de “dialetos”. Pode-se observar uma hierarquia nas oposições linguísticas superficiais ou secundárias de uma dada língua. Tais oposições geram dentro dela umas divisões, denominadas “falares” ou variantes ou modalidades, que se agrupam nos referidos dialetos. (Botelho, 2008, p. 58)

Essa inevitável mudança linguística que permeia todas as línguas humanas, já observava Whitney (1884 [1867]), ao refletir sobre a questão da arbitrariedade e do valor do signo linguístico bem antes dos estudos de Saussure (1916):

[...]: nenhuma linguagem permanece, ou pode permanecer a mesma durante um longo período. O crescimento e a mudança fazem a vida da língua, como

eles são em todos os outros lugares o acompanhamento inseparável e o sinal de vida.⁴ (Whitney (1884 [1867], p. 32)

Por isso, a Sociolinguística se esforça para explicar a falta de homogeneidade de uma dada língua, causada por fatores internos e externos ao sistema linguístico, a partir do pressuposto de que toda variação é motivada. Nesse caso, toda variação seria controlada por determinados fatores, de modo que seria previsível e sistemática a tal heterogeneidade da língua, como sugere Alonso (2018) na seguinte asserção, referente à evolução do castelhano na Argentina:

Nenhum destino é imposto com um mandato fatalista à nossa língua. Será culta, fina e dúctil, ou bárbara e grosseira; será uma koiné, uma língua estendida sobre vários estados, ou será um patoá, diferente na minha cidade ou na minha aldeia daquele falado na vizinha. Mas tenha certeza de que, qualquer que seja o seu rumo, será aquela que nós lhe damos. Nenhuma trajetória astronômica predeterminada. Nada de igualar uma língua a um organismo, com sua germinação, verdor, tempero, decomposição e reprodução, ou com sua concepção, nascimento, infância, adolescência, maturidade, caducidade, morte e proliferação.⁵ (Alonso, 2018, p. 150-1) (tradução livre)

Certamente, uma língua não é um “organismo vivo” e não tem um destino pré-determinado, mas não são propriamente os falantes de uma dada língua que lhe impõem um rumo; e, se é verdade que “nós lhe damos um rumo” (Cf. Alonso, 2018, p. 144-57), não o fazemos de forma consciente e/ou deliberadamente. Há variações de natureza morfossintática que, normalmente, são condicionadas a fatores internos; e, embora sejam os usuário da língua que as pratiquem, eles não as controlam propriamente, como observei em trabalho anterior:

O grande problema é que língua não é lógica propriamente e que muitos fatos linguísticos nem são motivados, mas espontâneos, cujas explicações só podem advir de uma elucubração estilística, quando não se lhes pode dar uma explicação etimológica. (Botelho, 2025, p. 55)

⁴ “no language remains, or can remain, the same during a long period of time. Growth and change make the life of language, as they are everywhere else the inseparable accompaniment and sign of life”.

⁵ “Ningún destino se le impone con mandato fatalista a nuestra lengua. Será culta y fina y dúctil, o bárbara y tosca; será una koiné, una lengua extendida sobre varios Estados, o será un patois, distinto en mi ciudad o en mi villorrio del que se habla en el vecino. Pero téngase por seguro que, cualquiera que sea su rumbo, será el que nosotros le demos. Nada de trayectorias astronómicas prefijadas. Nada de igualar una lengua a un organismo, con su germinación, verdor, sazón, descomposición y reproducción, o con su concepción, nacimiento, infancia, adolescencia, madurez, caducidad, muerte y proliferación.”.

Também se deve considerar que nenhuma língua está definitivamente pronta; mas que não muda propriamente, evolui contínua e historicamente, pois, como já observou Coseriu (1983, p. 55) uma língua está em contínua produção.

Quanto à mudança linguística, Coseriu (*ibidem*) apresenta-se revolucionário acerca do seu conceito com uma proposta que parece negar todo o conhecimento que se estruturou até então:

Certamente, o que se torna diferente através da mudança é a própria linguagem específica como um produto histórico, como um conjunto de tradições; e neste sentido podemos falar de “mudança linguística”, ou seja, de mudança em uma linguagem ou em linguagens. Mas propriamente falando isso não significa que uma linguagem como um produto objetivo (*ergon*) muda: significa que uma linguagem é produzida. Na perspectiva correta, as linguagens não estão mudando continuamente: elas estão continuamente sendo produzidas, sendo feitas.⁶ (Coseriu, 1983, p. 55) (tradução livre)

Praticamente, o autor nega a existência (ou ocorrência) do fenômeno que tem sido denominado “mudança linguística” com esse seu artigo “Linguistic change does not exist” em que conclui que não ocorre propriamente uma “mudança” numa língua; dá-se, pois, a construção histórica das línguas.

A mudança linguística é, se alguém vê a linguagem como ἐνέργεια, um fenômeno linguístico primário, ou seja, não é “mudança”, mas sim a construção histórica das línguas. Essa construção ocorre em grande parte por meio da aplicação de procedimentos de produção dados na própria língua.⁷ (Coseriu, 1983, p. 63) (tradução livre)

Essa noção coseriana justifica a emergência das línguas românicas, cuja construção histórica se pode definir a partir de uma análise descritiva dos fatores culturais, sociais, políticos e linguísticos, que se desenvolveram ao longo dos quatro séculos pós-queda do Império Romano.

⁶ “Certainly, what becomes different through change is the specific language itself as a historical product, as a set of traditions; and in this sense we can speak of “linguistic change” *i.e.* of change in a language or in languages. But properly speaking this does not mean that a language as an objective product (*ergon*) changes: it means that a language is produced. In the right perspective, languages are not continually changing: they are continually being produced, being done.”

⁷ “Linguistic change is, if one views language as ἐνέργεια, a primary linguistic phenomenon, that is, it is not “change”, rather the historical construction of languages. This construction takes place largely through the application of procedures of production given in the language itself”

Esse período, que vai do século V ao século IX, é marcado por importantes fatos que se desenvolveram, principalmente, na península Ibérica, onde surgiram as primeiras línguas românicas. Fatos como a fragmentação político-geográfica, com a formação de reinos germânicos dos bárbaros invasores, a dialeção do latim vulgar e o aparecimento dos diversos romances, a dominação árabe dos muçulmanos, a reconquista cristã e a formação das línguas vulgares, são alguns dos fatores extralinguísticos, que justificam a tese de que as línguas românicas são produtos históricos.

2. Breves comentários sobre fatores de evoluções linguísticas para uma introdução aos estudos de formação das línguas românicas da península Ibérica

Primeiramente, convém lembrar que, do caos linguístico causado pela dialeção do latim após a queda do Império Romano, muitos romances⁸ surgiram e que tais modos de comunicação entre os falantes daquele momento histórico foram transformando-se em línguas vulgares.

Logo, vamos descrever certos aspectos da formação das línguas românicas, como consequências linguísticas da dialeção do latim vulgar na România Ibérica, onde surgiram inúmeras línguas vulgares, das quais se formaram especificamente as quatro línguas neolatinas atuais, entre as quais figura a língua portuguesa. Várias mudanças de ordem fonética, morfológica e léxica, sintática e semântica, que podem ser assinaladas na passagem do latim vulgar para as línguas românicas, e as criações românicas⁹, também podem ser observadas na língua portuguesa, que não foi uma língua românica propriamente.

Convém ressaltar que muitas são as formas de usos de uma dada língua nas diversas comunidades linguísticas que compõem a área em que tal língua se efetiva. Os fatores que determinam esses usos não se circunscrevem a um indivíduo falante isoladamente, mas a um grupo de usuários, que interagem uns com os outros e compõem praticamente um

⁸ “ROMANÇO – Termo derivado do latim medieval *romancium* para designar qualquer língua românica, em contraste com o latim.” (Câmara Jr., 1985, p. 210)

⁹ “ROMÂNICAS, CRIAÇÕES – Dá-se este nome aos fatos gramaticais das línguas românicas, criados na época imperial tardia em virtude da evolução acelerada do latim vulgar.” (Câmara Jr., 1985, p. 211).

pensamento comum, que é mediado pelo sistema da língua de que se utilizam na sua comunicação e expressão de seus pensamentos.

De fato, as variedades de uso de uma língua resultam de diferentes fatores de natureza linguística e, em muitos casos, extralinguísticas, tais como fatores regionais e sociais ou ambos. Não se pode negar que fatores regionais e sociais podem produzir usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são chamados de “dialetos”. Logo, faz-se necessário esclarecer esse termo, cuja aplicação por parte de muitos “estudiosos” tem-se revelado um reducionismo, por vezes, pernicioso.

Há pelo menos três conceitos viáveis para o termo “dialeto”, que, grosso modo, se refere aos diferentes usos de uma dada língua (Cf. Botelho, 2008): 1) Dialeto pode ser um processo de alteração da língua, que se produz da sua evolução normalmente espontânea. Normalmente causa uma falta de entendimento entre os usuários de comunidades da referida língua, como sendo um uso ou modalidade dessa língua; 2) Dialeto também pode aplicar-se ao conjunto de particularidades fonéticas e vocabulares de uma dada região. É propriamente uma variante regional, que se apresenta com um sotaque e/ou um conjunto de vocábulos regionais; 3) Dialeto também se aplica no caso da Espanha, da Itália e da França, em que outras línguas dialetais se subordinam a uma língua oficial.

Em essência, não há propriamente distinção entre o que denominamos “dialeto”, como um uso variante de uma dada língua, e essa língua. Principalmente, se considerarmos “língua” um sistema de fala tradicional e histórico, como o fez Coseriu (1967; 1983), qualquer dialeto, que é um sistema de fala tradicional, é uma língua:

De um ponto de vista substancial, um dialeto nada mais é do que uma língua, um sistema linguístico como qualquer outra língua. E pode-se dizer de qualquer língua, nesse sentido, que é um dialeto – se por dialeto entendermos o fato substancial do sistema linguístico.

[...] Se uma língua é um sistema de fala tradicional e histórico, então qualquer dialeto, sendo, dessa forma, um sistema de fala tradicional e completo, é uma língua.¹⁰ (Coseriu, 1993, p. 59)

¹⁰ “Din punct de vedere substanțial, un dialect nu este altceva decit o limbă, un sistem lingvistic ca orice altă limbă. Și se poat spune despre fiecare limbă, în aceste sens, că e un dialect – dacă prin dialect înțelegem faptul substanțial al sistemului lingvistic.

[...] Dacă o limbă este un sistem tradițional, istoric al vorbirii, atunci si orici dialect, fiind, to așa, un sistem tradițional, complet al vorbirii, este o limbă.”.

Na Espanha, o castelhano é a sua língua oficial; o galego e o catalão, línguas dialetais do latim, lhe são coexistentes; ou na Itália, em que as diversas línguas dialetais coocorrem com o fiorentino, que foi tomado como língua oficial da Itália; ou ainda na França, em que o francês se sobressai em relação ao catalão, ao franco-provençal, ao provençal, à língua d'oc e à língua d'oïl, que são línguas dialetais de menos prestígio no território francês. A língua d'oc (ou língua occitana) é, porém, a língua regional mais falada na França e é também falada na Guardia Piemontese – uma comuna italiana da região da Calábria, província de Cosenza – por mais de 1.800 habitantes.

Pode-se observar uma hierarquia nas oposições linguísticas e que tais oposições superficiais (ou secundárias) se agrupam, formando os dialetos. Segundo Câmara Jr. (1985, p. 95), “do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais”.

Assim, formam-se os conceitos de falares ou linguagens regionais – variantes linguísticas – ou de dialetos, que se acrescem ao conceito de língua nacional. Uma língua nacional é comum a todos os usuários de uma nação e nela se reúnem todos os falares, o que a caracteriza como um sistema de possibilidades de usos da língua. Língua é, pois, um sistema de possibilidades linguísticas, que se efetivam na prática que seus usuários fazem a partir de regras espontâneas do próprio sistema e/ou de normas previamente estabelecidas e, até mesmo, não raro, por intuição e por sua capacidade inventiva, que é comum a todos os seres humanos saudáveis. Logo, língua constitui um conjunto de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas, que se efetivam no uso dos falantes dessa língua.

Esse conceito de “língua”, que tem sido aceito normalmente em Linguística, representa o primeiro conceito na evolução do pensamento linguístico da modernidade, como em Câmara Jr. (1985):

LINGUA – [...] Como sistema de linguagem, a língua compreende uma organização de sons vocais específicos, ou fonemas (v. fonema), com que se constroem as formas linguísticas (v. forma), e uma língua se distingue de outras pelo sistema de fonemas e pelo sistema de formas, bem como pelos padrões frasais, em que essas formas se ordenam na comunicação linguística ou frase (v.) (Câmara Jr., 1985, p. 158)

Certamente, para a Sociolinguística, que se baseia na relação língua–sociedade e objetiva estudar as variações linguísticas, que se efetivam no uso nas diferentes comunidades linguísticas, a língua é vista como um processo sociocognitivo e é dotada de “heterogeneidade sistemá-

tica”. Daí, ser próprio dos sociolinguistas estudarem as mudanças de uma dada língua, suas estruturas e sua evolução, considerando o contexto social de determinada comunidade falante (Cf. Labov, 2008, p. 184). E essas variantes linguísticas têm sido consideradas dialetos por muitos estudiosos da Linguística como uma Ciência da Linguagem.

O sociolinguista norte-americano William Labov ressalta que a mudança linguística deve ser explicada, considerando argumentos internos ao sistema e externos a ele, já que as relações sociolinguísticas como fatores condicionadores adicionais fazem referência a mecanismos de mudança fônica tanto abaixo como acima do nível de consciência.

No século XIX, o neogramático Hermann Paul já acreditava que a causa das modificações do uso se relaciona às atividades da fala, e, por isso, defendia a ideia de uma abordagem fundamentalmente histórica, já que “um método não histórico de estudar a língua não é mais que um método histórico incompleto” (Cf. Mattos e Silva, 2008, p. 168). Essa mesma autora mostra que, no Estruturalismo de Jakobson e de Martinet, a teoria da mudança é intrassistêmica. *i.e.*, a mudança ocorre dentro do próprio sistema, onde a interação entre os seus constituintes é interna e fundamental para o seu funcionamento.

Para Eugenio Coseriu, que atuou na época do Estruturalismo, os falantes criam os fatos linguísticos por algum motivo, mas não são nem produtos duma necessidade física, exterior a eles, nem consequências necessárias de um estado de língua anterior. Logo, o linguista romeno não aceita, pois, a necessidade interna e obediência a leis gerais da mudança linguística, que os estruturalistas diacrônicos idealizaram.

De fato, Coseriu estava além do Estruturalismo de sua época; praticamente inaugura uma “Linguística Integral”, que concebe a linguagem em três níveis – o universal (saber elocutivo), o histórico (saber idiomático) e o individual (saber expressivo):

Assim o primeiro [problema] para a linguística integral é recuperar a Linguística do falar ao lado da Linguística das línguas, já bem conhecida. Praticamente toda ou quase toda a Linguística Tradicional e a moderna se apresenta como Linguística das línguas. Está claro que, tendo se assumido que há também um saber que se refere ao plano individual próprio dos textos, devemos ter ao lado da Linguística das Línguas, uma Linguística do discurso ou do texto. Em uma Linguística Integral, esses dois planos da linguagem devem ser recuperados: o do falar em geral e o do discurso ou do texto. Mas no plano histórico como tal, no plano mesmo das línguas, concentrar-se na língua funcional, ou seja, em um sistema linguístico homogêneo, indica toda uma série de discussões que, portanto, implica

para a linguística integral a necessidade de recuperar todo o que se exclui (Coseriu, 1982, p. 36)

Essa Linguística Integral, o próprio Coseriu a define da seguinte forma:

O que é linguística integral? É aquela linguística que se propõe a dar conta do saber que o falante mobiliza quando fala e ordenar os fatos comprovados a esse respeito em um marco homogêneo e unitário. (Coseriu, 1984, p. 37)

A sua proposta procurava integrar a linguagem como um sistema de comunicação realizado na fala. Para ele, a língua corresponde a “momento historicamente objetivo do falar”, *i.e.*, a língua é um aspecto do falar, que constitui uma referência para a linguagem.

Em 1955/6, Coseriu propõe uma linguística do falar no nível universal, já que existe a linguística das línguas – a linguística do falar no nível histórico – e uma linguística do texto – uma linguística do falar no nível particular:

Por outro lado, em nossa opinião, a linguística do falar em sentido estrito seria uma linguística descritiva, uma verdadeira **gramática do falar**. E, precisamente, uma gramática indispensável tanto para a interpretação sincrônica e diacrônica da “língua” quanto para a análise dos textos. De fato, do ponto de vista sincrônico, a língua não oferece apenas os instrumentos da enunciação e de seus esquemas, mas também instrumentos para a transformação do saber em atividade; e, do ponto de vista diacrônico, tudo o que ocorre na língua só ocorre pelo falar. Por outro lado, a análise dos textos não pode ser feita com exatidão sem o conhecimento da técnica da atividade linguística, pois a superação da língua que ocorre em todo o discurso só pode ser explicada pelas possibilidades universais do falar. (Coseriu, 1987, p. 214) (grifo do autor)

Decerto, o fenômeno de dialeção de uma dada língua é muito comum, porém há certas restrições para a sua formação, principalmente quando se dá num grande território ou em várias regiões descontínuas e, por vezes, distantes e de sistemas políticos diversos. A manutenção de um dialeto, quando se efetiva, também fica sujeita a essas restrições, que normalmente são de ordem extralinguística.

Quando um falar se sobrepõe a essas condições extralinguísticas, de modo que não haja mais a coincidência dos traços linguísticos essenciais da língua de referência, já não se trata mais de um dialeto – linguagem variante –, mas de uma língua distinta, como se deu com a dialeção do latim vulgar após a queda do Império Romano. Da situação linguística caótica, que se estabeleceu na península Ibérica com a dialeção

até o século VI, por volta do século VII surgiram inúmeros romances (ou línguas vulgares), cujos traços linguísticos essenciais já não eram mais os mesmos do latim vulgar. Muitas dessas línguas vulgares evoluíram para as dezenas de línguas românicas, poucas das quais são hoje línguas neolatinas, sendo algumas línguas nacionais de um país independente, como observa Ilari (1992):

Como resultado dessa tendência [à diversificação regional], no final do primeiro milênio, a România apresentava-se fragmentada numa quantidade de dialetos de origem latina e foi nesse panorama de diversificação que, em seguida, alguns dialetos, projetados pelo prestígio político, econômico ou cultural da região em que eram falados, se impuseram aos dialetos vizinhos, transformando-se com o tempo em línguas nacionais. (Ilari, 1992, p. 135)

Na península Ibérica, das muitas línguas românicas, que emergiram da língua cristã ou daquela enorme quantidade de dialetos do latim vulgar, os romances, apenas quatro tornaram-se línguas neolatinas: o português, em Portugal, e o espanhol, na Espanha, são as duas línguas nacionais dessas quatro línguas neolatinas peninsulares; e o galego (da Comunidade da Galiza) e o catalão (de Barcelona) são línguas dialetais (do latim) na Espanha. Ainda subsistem as línguas dialetais: aragonês (em grupos minoritários na cidade de Aragão), o leonês (como um glossônimo¹¹, em regiões adjacentes ao Nordeste português) e o asturiano (como um glossônimo em regiões do principado das Astúrias).

Convém mencionar que em certas regiões da Comunidade Valenciana, situada na costa oriental da Espanha ao sul da Catalunha, que é outra Comunidade Autônoma da Espanha, ocorre o valenciano (ou catalão valenciano), que é uma variante do catalão, como língua dialetal. Porém, é considerada uma língua própria da Comunidade Valenciana, segundo o seu estatuto de autonomia, corroborado pela Academia Valenciana da Língua. Também no Nordeste de Portugal, em Terra de Miranda, ocorre o mirandês, que é uma variante do leonês (ou asturo-leonês), considerado como segunda língua (dialetal) oficial em Portugal.

Portanto, o romance é uma comunicação dialetal intermediária entre o desaparecimento do latim popular e o surgimento de uma dada língua românica, já que se pode entender o romance como um estágio da dialeção do latim vulgar que antecede a emergência das línguas românicas propriamente. Câmara Jr. (1985) também faz referência ao fato de

¹¹ O termo “glossônimo” se refere a um nome designativo de uma língua ou um grupo de línguas, um dialeto ou grupo de dialetos, uma família linguística.

o termo ser usado como coletivo de línguas românicas ou, ainda, para uma dessas línguas, embora seja preferível usar o termo “romance ou romance” para “designar a fase final do latim vulgar imperial, depois do séc. III, d.C., quando já contrasta com o latim clássico em virtude de profundas inovações (...), como fase preliminar das línguas românicas” (Câmara Jr., 1985, p. 211). Tal estágio da dialeção do latim vulgar também é denominado como “língua vulgar”, na literatura especializada em Espanha, na França e na Itália.

Em suma, no período imediatamente posterior à queda do Império Romano, podemos assinalar diferentes fatores no processo de evolução da língua latina, pois, além dos fatores internos propriamente linguísticos, como as influências dos substratos (línguas subjogadas e esquecidas por ação de outra que se lhes impõe) e das dos superstratos (línguas dos povos vencedores, preteridas pela língua do povo vencido), há os extralinguísticos como as invasões bárbaras e as suas consequências sociopolíticas.

3. *Um pouco sobre os fatores extralinguísticos na península Ibérica que determinaram a instituição das línguas românicas*

Com a perda de poder central dos romanos, ocorreu o aniquilamento da escola e da atividade intelectual, que passou a se limitar às instituições religiosas ou, simplesmente, ficou ao léu. A língua latina, por conseguinte, sofreu o seu processo de evolução no uso oral pelos membros das diferentes comunidades linguísticas, que se formaram ao longo do tempo nos seus reinos por toda a península.

Essa fragmentação político-geográfica se deu com a formação dos diferentes reinos germânicos dos bárbaros invasores em 409. Primeiramente, chegaram os alanos, os vândalos e os suevos, que, numa ação conjunta, expulsaram os romanos da península Ibérica e se distribuíram por toda a região peninsular; no início do século seguinte, em 507, os bárbaros visigodos venceram os alanos e vândalos, expulsando-os para o Norte da África, e em 585, venceram os suevos, assumindo o controle de suas terras ao Norte da península. Em seguida, expulsam os bizantinos (do Império Romano do Oriente) que ocupavam uma pequena faixa do Sul da península.

Finalmente, em 570, os visigodos retomam Cordoba, ao Sul da península, e em 585, dominam os suevos, expulsam os bizantinos do Sul da península Ibérica e a anexa ao Sul da Gália, num grande Reino Visigótico, que

subsistiu até 711, quando os árabes muçulmanos invadem a península e passam a compor uma fase importante da história da língua portuguesa. (Botelho, 2022, p. 57)

Os reinos dos visigodos ora eram arianos¹², ora eram cristãos (dos convertidos). Como os visigodos adotaram a língua cristã da península (os romanos cristãos, que já se avolumavam em toda a região latinizada), instaurava-se uma cultura gótico-cristã (ou gótico-latina ou gótico-romana) em toda a península com os matizados reinos gótico-cristãos, em sua maioria, que praticamente prestavam obediência um governo central do rei Leovigildo, o unificador, que exerceu o poder de 569 a 586.

Os invasores bárbaros mantinham-se constantemente em luta entre si, o que favoreceu a ação dos substratos, que, sem o antigo controle do Império Romano, incidiu sobre o latim falado com maior força, modificando-o profundamente. E foi assim que se instaurou o “processo de diversificação regional do latim vulgar, que, favorecido nos séculos seguintes por condições históricas apropriadas, transformou o mapa linguístico da România num mosaico de pequenos dialetos” (Ilari, 1992, p. 157), pois inúmeros foram os romanos que se formaram em toda a península.

De fato, desde a queda do Império no século V até a invasão dos árabes muçulmanos no século VIII, a língua falada pelos povos daquela região (até então, uma língua cristã) não era mais o latim vulgar, que se dialetava profunda e diferentemente nos diversos reinos que se formavam na península. Poder-se-ia dizer que surgiam várias línguas vulgares daquele princípio caótico, causado pelo domínio dos bárbaros germânicos, que destruíram as escolas, os templos, as estradas e praticamente tudo que garantia até então certa unidade daquela língua latina. Deu-se, pois, a dialeção do latim vulgar, que já não era, nem mesmo no tempo do domínio romano, uma língua homogênea.

Com a chegada dos árabes muçulmanos, que dominaram praticamente toda a península, que era gótico-cristã, os governos muçulmanos oficializam a língua árabe, que coocorre como um adstrato com a(s) língua(s) cristã(s) dos peninsulares que se submeteram ao domínio árabe muçulmano. Muitos romanos desapareceram ou se transformaram em latinos (ou línguas moçárabes), que eram línguas dos cristãos, que per-

¹² O arianismo foi uma doutrina criada no século IV pelo presbítero Ário, de Alexandria. Era uma doutrina cristã que negava a divindade plena de Jesus Cristo. Para os arianos, Jesus era apenas uma criatura exaltada e, não, Deus.

maneceram vivendo sob o domínio dos árabes invasores, mas que não se converteram ao islamismo e nem aderiram à língua árabe.

Porém, um pequeno grupo de cristãos ortodoxos, liderados por um tal Pelágio, um nobre visigodo, criou uma forte resistência à cultura e ao poder dos dominadores árabes, ao se refugiar nas Astúrias, uma pequena região, que ainda não estava sob o comando dos muçulmanos.

Figura 1: A península Ibérica em 732.



Fonte: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Al-Andalus732.jpg>.

Al-Andalus (nome dado à península Ibérica pelos árabes dominadores) teve vinte governos sob o comando de Damasco, na Síria. A sua capital era Sevilha até que, em 756, o príncipe Abderraman II chegou a Córdoba, fazendo-a capital de seu Emirato. Em 929, Abderraman III se proclama califa e estabelece o seu califado de Córdoba, que subsistiu até 1031, apesar das disputas internas pelo poder, que se transformou em pequenos reinos dos taifas (Cf. Watt, 2019). Esse enfraquecimento do poder muçulmano favoreceu a Reconquista, que progrediu mais rapidamente.

Transformados em província do Califado Omíada, com sede em Damasco na Síria, os territórios ibéricos conquistados ficaram sob o jugo dos mouros muçulmanos. Oficializaram a língua árabe, mas não a impuseram pela força, o que favoreceu a latinidade dos conquistados, que continuaram a falar o romance cristão; também foram bastante tolerantes com os adeptos da fé cristã. (Botelho, 2022, p. 71-2)

Além das Astúrias, toda a região da Cantábria, o pequeno reino de Navarra (ou de Pamplona, de origem vascona) e uma parte do alto Nordeste (o Condado de Barcelona ou da Catalunha), ainda não se encontravam sob o domínio árabe, que se concentrava em Córdoba, ao sul da península.

Pelágio se fortalece com a resistência ao vencer uma investida do Comandante árabe Manuza na celebre Batalha de Covadonga e funda o seu pequeno Reino das Astúrias, com sede em Cangas de Onis. Essa vitória de D. Pelágio deu início a um verdadeiro movimento de Reconquista Cristã e incentivou a fundação de outros reinos cristãos, como o do pequeno Reino Pamplonense ou Reino de Pamplona-Nájera, em 824, que, mais tarde, passou a ser o reino de Navarra.

Mais tarde, D. Pelágio se une ao povo da Cantábria e fortalece o seu reino que reconquista mais terras na Galiza muçulmana, estendendo o seu Reino Astur-Cântabro. Com a morte de D. Pelágio, em 737, o seu filho D. Fávila assume o trono, mas morre estranhamente em 739, e o cunhado, D. Afonso da Cantábria, sobe ao trono, como D. Afonso I, por aclamação popular. D. Afonso I estendeu os limites do Reino das Astúrias até as terras da Galiza, em 740, e de Leão, em 754.

Unidos no ideal da Reconquista, os peninsulares cristãos, incentivados pelos reinos que se formavam e resistiam, enfrentavam e iam derrotando os muçulmanos árdua e paulatinamente. D. Fruela I, em seu reinado entre 757 e 768, deu continuidade aos trabalhos de seu pai, D. Afonso I, e também estendeu os limites do Reino Astur-Cântabro nas terras da Galiza, de Leão e de Castela.

Entre 867 e 878, no então Reino da Galiza, de D. Afonso III (neto de D. Afonso II), as terras do Minho ao Douro iam ficando livres do domínio árabe gradualmente e voltando a ser cristã. Impõem-se, nessa região, línguas cristãs: asturiano, cantábrio, leonês, astur-cântabro, astur-leonês, galego, galego-português e castelhano. Também, ao Nordeste da península, impunham-se as línguas românicas: navarro, aragonês e catalão, no Reino de Navarra, Reino de Aragão e Condado da Catalunha, respectivamente.

No Nordeste da península, os pequenos reinos de Navarra e Pamplona e o de Aragão avançavam nas terras dos muçulmanos. Em 910, toda a região da Galiza e de Leão e Castela já estava sob o comando de D. Fruela II, em seu enorme Reino de Leão, que anexava os Reinos da Galiza e o das Astúrias, o Condado Portucalense e o Condado de Castela.

Mais tarde, entre os séculos X e XI, outros importantes núcleos cristãos se estabelecem e fixam as suas terras no espaço árabe: o Reino de Navarra e Pamplona, o Reino de Aragão e seu Condado da Catalunha (ou de Barcelona), o novo Reino de Castela, ao centro do extremo norte.

Durante esse movimento de Reconquista, as línguas vulgares iam se estabelecendo como línguas românicas daqueles reinos cristãos que se fundavam e se estabeleciam na península Ibérica.

Com as Cruzadas – movimento cristão europeu contra os muçulmanos –, que se tinham iniciado em 1096, sob o epíteto de Guerra Santa, os reis católicos já haviam reconquistado pouco mais da metade da península desde 1085. (Botelho, 2022, p. 78)

Assim, ao centro do extremo Norte, estabelecem-se os Reinos da Galiza, com o seu Condado Portacalense, o de Leão, e o de Castela, e no Nordeste, fortalecem-se os Reinos de Navarra e Pamplona e o de Aragão com o se Condado da Catalunha. Logo, no início do século XII, o domínio árabe se reduz consideravelmente a uma faixa do centro para o sul da península.

Figura 22: Península Ibérica em 1150.



Fonte: http://4.bp.blogspot.com/-_ykewnMO69Q/UnQzSTUak4I/AAAAA AAAAX0/Qfbw8QRGQiA/s400/portugal2.jpg.

Ao centro do extremo Norte, o novo Reino de Leão e Castela expulsa os árabes do Condado Portacalense. E por volta do meado do século XV, a península Ibérica já se encontra praticamente livre dos mouros maometanos, que ainda ocupavam uma pequena faixa ao Sul. Somente no final desse século XV, a Hispânia (ou Reino de Leão e Castela) se faz senhora da península com a reconquista de Granada – a última região ocupada pelos mouros – e põe fim à presença muçulmana nos territórios cristãos da península Ibérica.

4. Considerações finais

Uma vez evoluído e praticamente instituído como uma língua nos reinos cristãos, que surgiram por volta do século VIII, os romances têm sido denominados pelos historiadores como línguas românicas. Língua

românica é, pois, um estágio do que vimos denominando romanço. Contudo, muitos estudiosos tomam o termo “romanço” como “o próprio conjunto das línguas românicas ou neolatinas”, tanto que a literatura estrangeira faz alusão ao termo “línguas romances” (“lingue romanze”, na literatura italiana; “lenguas romances”, na espanhola; “langues romanes”, na francesa; “Romance languages”, na inglesa; etc.) sem distinguir os três estágios do processo de evolução do latim vulgar após a queda do Império Romano: do meado do século V até o início do século VIII; do século VIII ao século X; e do século X em diante.

Vimos que a península Ibérica foi cenário de uma história sociopolítico-linguística bem complexa desde a queda do Império Romano. Nesse contexto, um número muito grande de romanços cristãos se desenvolvera nas várias regiões de comunidades linguísticas de origem gótico-cristã; mais tarde, com a ocupação mulçumana, também surgiu o romanço moçárabe (denominação comum a um grupo de falares moçárabes), que também era de origem cristã.

Alguns desses romanços evoluíram para uma dada língua românica nos reinos cristãos, que surgiram durante a resistência ao islamismo na península (como é o caso do aragonês, no Reino de Aragão, o castelhano, no Reino de Castela, o catalão, no Condado da Catalunha e o leonês, no Reino de Leão) e, posteriormente, para uma língua neolatina (como é o caso do castelhano, no Reino de Leão e Castela, e o catalão, na Catalunha).

Convém ressaltar que muitos desses romanços deixaram de ser usados ou se misturaram a outros numa nova formação; a maioria deles, portanto, nem chegou a constituir uma língua românica (como é o caso do asturiano, o cântabro (ou montanhês ou fala asturo-leonesa), o navarro (ou navarro-aragonês), o arão (ou aran) e outros).

Também há casos de línguas românicas que não são, nos dias atuais, propriamente uma língua neolatina: o aragonês, o leonês e o asturiano, e de línguas neolatinas, como é o caso do português e o galego, que não chegaram a serem línguas românicas. Tanto o aragonês como o leonês, que são línguas regionais restritas cada qual a uma região específica na Espanha, reclamam por reconhecimento semelhante ao dado ao galego e ao catalão.

Embora já se pudessem identificar verdadeiras línguas nos reinos gótico-cristãos do século VII, os renomados Especialistas no assunto afirmam que a emergência das línguas românicas se deu nos séculos

VIII-IX, após a formação dos reinos cristãos durante a Reconquista Cristã da península Ibérica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Amado. *El problema argentino de la lengua*. In: Pablo Cavalero (Ed.). Madrid, Asociación de Academias de la Lengua Española, 2018. https://www.asale.org/sites/default/files/2022-03/5_El%20problema%20argentino%20de%20la%20lengua_Amado%20Alonso.pdf.

BOTELHO, José Mario. *Estudos introdutórios de Filologia Românica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/estudos-introdutorios-de-filologia-romanica/>.

_____. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

_____. Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística. *Revista Philologus*, Ano 14, n. 42. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2008.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COSERIU, Eugenio. “Limbă istorică” și “dialect”. În: ACADEMIA ROMÂNĂ. Institutul de Fonetica și Dialectologie “Al. Rosetti”. Fonetica și Dialectologie. XII. București: Editura Academiei Române, 1993. Disponível la: <https://coseriu.ch/eugenio-coserius-work/>.

_____. Teoria da linguagem e linguística geral: Cinco estudos. Trad. de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987. Título original: *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 1967.

_____. Fundamentos y tareas de la lingüística integral. *Actas del Segundo Congreso Nacional de Lingüística, Universidad Nacional de San Juan*, Argentina, 1984, p. 37-53.

_____. Linguistic change does not exist. *Linguistica nuova ed antica, rivista di linguistica classica medioevale e moderna*, Anno I, p. 51-63, Galatina-It: Congedo Editore, 1983. Disponível em: https://coseriu.ch/wp-content/uploads/publications_coseriu/coseriu209.pdf.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Mas alla del estructuralismo*. San Juan: Facultad de Filosofía, Humanidade y Artes/Universidad Nacional de San Juan, 1982.

_____. *Teoría del Lenguaje y Lingüística General: Cinco estudios*. Segunda edición. Rio de Janeiro: Presença, 1967.

_____. *Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar*. *Romanistisches Jahrbuch*, Sonderdruck. VII. Band, p. 29-54. Romanisches Seminar Kommissionsverlag: Cram, de Gruyter & Co., Hamburg, 1955-56. Disponible en: https://coseriu.ch/wp-content/uploads/publications_coseriu/coseriu21.pdf.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola. 2008.

WATT, W. Montgomey. *Historia de la España islámica*. Madrid, España: Aliança, 2019.

WHITNEY, William Dwight. *Language and the study of language: Twelve Lectures of the principles of linguistic Science*. 3. ed. London: N. Trübner & Co, 1884 [1867]. Available at: <https://archive.org/details/languagestudyofl00whituoft/page/n15/mode/2up>.